



Segunda-feira, 05 de julho de 2021 às 17:14, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

**Nº 3137417: ATO JUSTIFICATIVO - SERVIÇO
FUNERÁRIO LEI 8696/2021**

ENTIDADE

Prefeitura municipal de Jaraguá do Sul

MUNICÍPIO

Jaraguá do Sul



<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/?q=id:3137417>

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC
<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

**O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL TORNA PÚBLICO
INTENÇÃO DE DELEGAÇÃO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS
ATRAVÉS DE OUTORGA DE PERMISSÃO ONEROSA
ATO JUSTIFICATIVO**

A Constituição Federal de 1988 estabelece no inciso V do artigo 30 que compete aos municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local.

Os serviços funerários, atividade essencial, conforme preconiza e estabelece o artigo 10 da Lei Federal nº 7.783, de 28 de junho de 1989, devem ser prestados de forma ininterrupta, sendo que sua paralisação trará grandes consequências a ordem e à saúde pública.

Pela tendência nacional, a terceirização dos serviços públicos para as empresas especializadas, constitui-se forma economicamente viável e contribui para a melhora contínua da qualidade e eficiência na prestação dos serviços.

É justificada a conveniência da delegação de permissão, considerando-se que o Município não possui estrutura operacional, pessoal especializado, tecnologia e aparato necessário para prestar, diretamente, o serviço funerário.

Justifica-se a pertinência e relevância da delegação através outorga de permissão, para atender a necessidade identificada de maneira objetiva e, a inabilidade do Poder Público Municipal, na prestação dos serviços funerários, em caráter essencial, cuja atividade é de suma importância para a comunidade.

Nesse sentido, delegar os serviços funerários também visa aprimorar o atendimento ao público, com base em conceitos de postura, valores e atitudes, condizendo com a natureza do serviço que requer especialização de quem atende, pois além do conhecimento técnico da área, o agente funerário deve estar preparado para adentrar em um cenário psicossocial marcado pela perda, pela dor e pelo luto que envolve o usuário.

Nesse prisma, a delegação dos serviços funerários à iniciativa privada ainda busca possibilitar que o agente funerário conduza de forma eficaz, tranquila e acolhedora, diferentes situações de atendimento, garantindo a integridade, equalização da qualidade do serviço, a satisfação do usuário e a boa imagem do serviço público, através dessa capacitação de atendimento no sentido de aprimorar o desempenho nas funções através da compreensão e responsabilidades nas situações que envolvem o luto e famílias enlutadas.

Considerando ainda a necessidade de regularização dos serviços funerários no município, através de licitação pública, conforme preconiza a legislação vigente e atendendo a determinação judicial Autos nr. 09000297-98.2018.8.24.0036 e preceitos do Tribunal de Contas do Estado de Santa.

Assim, o Município de Jaraguá do Sul, em conformidade com o que dispõe o artigo 5º da Lei Federal nº 8.987/95, de 13 de fevereiro de 1995, e na competência definida no inciso XIV do artigo 4º c/c artigo 97-A da Lei Orgânica do Município (LOM), **torna público para conhecimento dos interessados que, em breve, realizará o procedimento licitatório na modalidade de Concorrência Pública, pelo tipo/critério de julgamento Maior Oferta (art.15, II da Lei Federal nº 8.987/95) destinada à delegação onerosa de Permissão dos Serviços Funerários, de caráter público e essencial, a título precário, que consiste na prestação de serviços relativos à realização e organização de funerais, no âmbito do Município de Jaraguá do Sul, nos termos do artigo 175 da Constituição Federal, Lei de Concessões e Permissões (Lei Federal nº 8.987/95), Lei de Concessões Municipal (Lei Municipal nº 2.133/96), Lei Municipal nº Nº 8.696/2021 e Anexo I, de 14 de junho de 2021 e decretos regulamentares posteriores, subsidiariamente e no que couber, a Lei Federal de Licitações e Contratos (Lei Federal nº 8.666/93).**

Finalidade: Garantir a realização dos serviços técnicos e especializados de forma adequada, satisfazendo as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

Objeto: Outorga de Permissão onerosa de serviço público, por meio de licitação pública, para prestação de serviços relativos à realização e organização de funerais, mediante a cobrança de tarifa a ser definida em regulamento pelo ente público municipal no âmbito do Município de Jaraguá do Sul.

Prazo: O prazo da outorga de permissão será de **no mínimo, 05 (cinco) e, no máximo, 10(dez) anos** a critério da Administração **a ser regulamentada por Decreto**, mediante o pagamento pela permissionária, de valor equivalente nos termos do critério de julgamento **a ser definido em Edital**.

Área: A área de abrangência para execução dos serviços compreenderá todo o território do Município de Jaraguá do Sul (SC).

Base legal: artigo 175 da Constituição Federal, Lei de Concessões e Permissões (Lei Federal nº 8.987/95), no inciso XIV do artigo 4º c/c artigo 97-A da Lei Orgânica do Município (LOM), Lei de Concessões Municipal (Lei Municipal nº 2.133/96), Lei Municipal nº 8.696/2021, de 14 de junho de 2021 e decretos regulamentares posteriores, e, subsidiariamente e no que couber, a Lei Federal de Licitações e Contratos (Lei Federal nº 8.666/93).

Jaraguá do Sul, 05 de julho de 2021.

JAIR FRANZNER
Prefeito em exercício de Jaraguá do Sul